

Aconteceu

COMUNIDADES REAGEM EM DEFESA DE D. PEDRO CASALDALIGA

Pág. 14, 15 e última página



D. Pedro Casaldaliga, bispo de São Félix do Araguaia, na pregação cotidiana junto às comunidades.

**ÍNDIO PROTESTA
CONTRA GOVERNO
JUNTO AO BID**

Pág. 5

**DIA 5, O CHILE
PODERÁ DIZER
NÃO A PINOCHET**

Pág. 10 e 11

**CONSTITUINTE
VOTA O TEXTO
DEFINITIVO**

Pág. 6 e 7

Servidores em greve por URP em SP

Os servidores públicos estaduais reunidos dia 22 em assembléia na praça da Sé (centro de São Paulo) decidiram entrar em greve. O movimento deve afetar de imediato serviços das áreas da Educação e do Judiciário, segundo avaliação de representantes dos funcionários. Dia 22, parte dos serviços do Tribunal de Justiça, dos fóruns Civil e Criminal e fóruns regionais de Itaquera, Vila Prudente e Tatuaapé (zona leste), e Ipiranga (zona Sul), foram afetados por um dia de paralisação dos servidores, que decidiram continuar a greve.

Cerca de 15 mil funcionários (2,5% dos quase 600 mil servidores do Estado) participaram da assembléia, segundo avaliação do Gru-

po dos Dezenove, que reúne entidades representantes do funcionalismo. A Polícia Militar avaliou em 6 mil os participantes da assembléia. Os servidores rejeitaram a proposta de 70% de reajuste a partir do dia 1º de outubro, feita pelo governo estadual, dentro da política de reajustes trimestrais para a categoria.

Os funcionários querem 85% de reajustes para recompor as perdas salariais do último trimestre, implantação da correção mensal com base na URP a partir de novembro e um plano de recomposição salarial das perdas ocorridas desde janeiro de 1987. (FSP - 23/09/88)

Funcionários da CEF ganham e param

O Tribunal Federal de Recursos, na primeira audiência trabalhista em seus 41 anos de existência, apoiou na íntegra a proposta dos funcionários da Caixa Econômica Federal, que retornaram ao trabalho após sete dias de greve. Com o acordo, os 46 mil funcionários da CEF terão reajuste de 120% nos salários a partir de setembro, elevando a folha de pagamento de Cz\$ 13 bilhões para Cz\$ 28,6 bilhões. A CEF se comprometeu a não punir os grevistas e a abonar os dias parados.

O TFR aprovou, também, o plano de cargos e salários para os funcionários da Caixa, a partir de janeiro de 1989, equiparando-os aos do extinto Banco Nacional da Habitação. Com isso, haverá um reajuste salarial médio de 42,8%, dividido em três parcelas (janeiro, março e junho). Esse acordo, no entanto, não atende à reivindicação desses funcionários de obterem equiparação com os colegas do Banco do Brasil, que continuam com salários bem mais elevados. (JB - 21/09/88)

Após 12 dias termina greve no Banespa

Terminou a greve dos funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Cerca de 5 mil pessoas presentes à assembléia dia 25, realizada na sede do sindicato dos Bancários de São Paulo, decidiram interromper a paralisação iniciada no último dia 14 e dar um prazo de 30 dias para que o banco cumpra a proposta apresentada neste fim-de-semana.

A assembléia decidiu que a greve será retomada caso a diretoria do banco não cumpra o acordo. O Banespa tem cerca de 15 mil funcionários só em São Paulo.

A principal reivindicação dos bancários é

a equiparação com o Banco do Brasil (BB). A proposta do banco fala em apresentar aos funcionários benefícios "revertidos em salário ou em gratificação (ou em ambos), que permita ao banco alcançar, de forma gradual e progressiva, o porte e o nível das maiores instituições financeiras do país".

A diretoria do banco também decidiu não cumprir as punições anunciadas na semana passada, como a suspensão das comissões e a demissão de vários funcionários, e condicionou o cumprimento do acordo à volta ao trabalho dia 26. (Folha de S. Paulo - 26/09/88)

Aconteceu
No. 473 - setembro/outubro 1988
CEFI Centro Eucumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Helôisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinícius Grotto Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Massagão Ribeiro
Nico Teixeira

Coordenador:
Jether Pereira Ramalho

Editor
Nico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Secretaria
Eliane Lobato
Composição
Kátia Simões
Dalva Celeste
Produção Gráfica
José Iruda Jr.
Lúcia Carrera

Distribuição
Ricardo Justo
Fotótipos e impressão
Tribuna da Imprensa

Professores da rede estadual suspendem aulas em São Paulo

Os professores, diretores e servidores das escolas públicas de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo entraram em greve no dia 23 para reivindicar reajuste salarial de 85% a partir de novembro com base no URP (Unidade de Referência de Preços). Eles pedem também mais 47,62% a título de reposição das perdas ocorridas durante o governo Oreste Quércia. A decisão foi tomada por unanimidade pela assembleia geral realizada na praça da República (região

central de São Paulo).

A proposta de greve apresentada em conjunto pela Apeoesp, entidade vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação dos Professores do Brasil, pelo Centro do Professorado Paulista (CPP) e pela Associação dos Funcionários da Secretaria da Educação (Afuse). O salário inicial do professor é hoje de Cz\$ 30 mil por 20 horas semanais. (Folha de São Paulo - 23/09/88)

Universidades estaduais entram em greve pela URP em S. Paulo

Os professores e funcionários das três universidades estaduais de São Paulo (Universidade de São Paulo - USP; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, e Universidade Estadual Paulista - Unesp) estão com o trabalho parcialmente paralisado para reivindicar reajustes salariais e aumento trimestral com base na variação da URP (Uni-

versidade de Referência de Preços).

Os professores da USP querem 87,6% de reajuste. Segundo a associação dos docentes da universidade (Adusp), a paralisação atingiu 60% dos cerca de 20 mil funcionários e professores. Levantamento feito por telefone pela reitoria indica que a paralisação atingiu de 15 a 20%. (FSP - 21/09/88)

Termina greve do ensino no PR

Cerca de cinco mil professores reunidos dia 20 em assembleia, em Maringá (norte do Paraná), decidiram voltar ao trabalho depois de 45 dias em greve. A decisão não foi unânime, segundo a Associação dos Professores do Paraná (APP), e só foi aprovada diante da possibilidade de a categoria retornar à greve ca-

so não haja entendimento entre governo e professores grevistas.

A APP entregou dia 21 ao governo do estado um ofício pedindo abertura das negociações, o pagamento dos dias parados, a reposição salarial e que os grevistas não sejam punidos. (Folha SP - 21/09/88)

Alagoas tem 100 mil fora da escola

O Estado de Alagoas deixou 146 mil alunos na faixa etária de 7 a 14 anos fora das salas de aulas este ano. A revelação é do secretário de Educação, Luciano Peixoto. Ele culpa o Governo Federal por "não olhar a educação como prioridade nacional" e reclama que os recursos repassados à sua pasta são "minguados". (Correio Brasiliense - 22/09/88)

Professores param de novo dia 13 no Rio

Cerca de 700 professores da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro realizaram assembleia no dia 24, quando decidiram por uma paralisação no próximo dia 13 de outubro, Dia Estadual de Luta em Defesa da Escola Pública e Gratuita, e uma passeata até a Secretaria estadual de Educação e Cultura. Na primeira assembleia da categoria após a suspensão da greve que durou 90 dias, os professores estaduais discutiram a não reposição de aulas e o ajustamento do programa tendo como referência o término do ano letivo no dia 22 de dezembro.

A Diretoria do Centro Estadual de Profissionais de Ensino (Cepe) Florinda Lombardi disse que na Comissão Paritária, integrada por representantes da entidade e do Governo estadual, ainda não foi estabelecido um calendário. (O Globo - 25/09/88)

Chapéu de Brossard é rifado

Estudantes da Faculdade de Direito do largo São Francisco, em São Paulo, lançaram dia 23 uma rifa de 20 mil números que terá como prêmio o chapéu do ministro da Justiça, Paulo Brossard. A rifa, que custa CZ\$ 500,00, correrá dia 21 de outubro, durante a tradicional Peruada dos estudantes (um desfile alegórico pelas ruas do centro de São Paulo), e o número do bilhete premiado será o mesmo da ex-

tração da Loteria da Habitação.

A solenidade de lançamento da rifa, às 18 horas na faculdade, teve a participação do representante brasileiro da Anistia Internacional, Rodolfo Konder, que rebateu as críticas do ministro Brossard às denúncias de violação dos direitos humanos no Brasil feitas no último relatório da en-

tidade. "Quando Paulo Brossard pertencia à oposição era o primeiro a exibir os relatórios da Anistia para criticar o governo brasileiro", disse ele em discurso. Em Porto Alegre, o ministro Paulo Brossard recusou-se a comentar o assunto, mas demonstrou irritação com a rifa de seu chapéu que foi roubado dia 10 de agosto numa solenidade na própria faculdade. (O Estado de S. Paulo - 24/09/88)

Buraco no ozônio ameaça terceiro mundo

O aumento dos danos causados pelo "buraco no ozônio" sobre a Antártida afetará seriamente a alimentação em muitos países do Terceiro Mundo, já se sabe que, com o adelgaçamento da capa de ozônio que cobre a Terra e a consequente falta de proteção contra a radiação ultravioleta do Sol, milhões de pessoas sofrerão terríveis queimaduras napele "em menos de duas horas".

Estudo divulgado dia 20 revela que os danos à alimentação começarão pelo gado, que não somente ficará sem pastagem como impossibilitado de movimentar-se. Não se afasta a perspectiva de uma grande fome, especialmente nos países menos desenvolvi-

dos, afirma o estudo, divulgado pelo Instituto de Política do Meio Ambiente (EPI - Echologic Politics Institute) conjuntamente com o Instituto para a Energia e Pesquisa do Meio Ambiente.

O informe, de 167 páginas, apresentado no Clube Nacional de Imprensa em Washington pelo EPI, assinala que o "buraco nos ozônio" que se amplia na Antártida se deve à clorina atmosférica e que esta continuará atuando mesmo quando se conseguir eliminar completamente o clorofluorcarbono (CFC), devido à prolongada persistência destes elementos.

Nem todas as conclusões do documento são ruins, disse o Presidente do EPI, Mike

Clark. Se o metil clorofórmico e o carbono tetracloreto forem eliminados juntos com o clorofluorcarbono, "então a clorina atmosférica baixará a níveis de 1980, é claro, dentro de trinta anos". Para isso, é necessário, "com urgência, uma política ampla relativa a todas as emissões de hidrocarbono clorado".

Essa situação, disse Clark, é consequência da falta de regulamentação para as companhias que trabalham com esses produtos químicos.

Os especialistas assinalaram que uma diminuição de 20 por cento do ozônio deixará a Terra como no dia seguinte ao de uma guerra nuclear. (O Globo - 21/09/88)

Protesto na festa da Educação

A reinauguração da Secretaria de Educação na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte depois de quatro anos de recuperação e restauração, era para ser uma festa do governo e dos professores e funcionários, mas acabou servindo para mais um protesto. A solenidade foi dia 21 e acabou em manifestação de professores, servidores da

educação e demais funcionários públicos que mostraram faixas e cartazes denunciando o aviltamento da Educação no Estado de Minas Gerais: baixos salários e falta de condições de trabalho. Apesar do protesto houve a solenidade oficial e discursos foram recebidos com vaia.

Índio denuncia governo ao BID

Representantes de sete tribos do Acre - jama-madi, apurinã, camalaú, jarauara, maxineri, jami-naua e culina - enviaram telex ao Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), no qual denunciam não terem sido ouvidos pelo governo sobre a demarcação de suas terras, prevista no Programa de Proteção ao Meio Ambiente.

Esse programa, exigência do BID para a liberação de recursos destinados ao asfaltamento da BR-364, no trecho que liga Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC), será analisado pelo banco na sema-

na que vem. Os índios estiveram em Brasília para acompanhar a discussão do grupo interministerial que dia 15 aprovou a demarcação de 18 áreas no Acre, mas não puderam assistir à reunião. Irritados com seu resultado, eles afirmaram que está prevista a demarcação de colônias e não de áreas indígenas. A diferença é que a demarcação de colônias não exige decreto presidencial e deixa as terras vulneráveis a intervenções no futuro. (O Estado de São Paulo - 17/09/88)

Gasoduto em terra indígena

O Presidente José Sarney assinou decreto autorizando a Petrobrás a construir um gasoduto para escoar a produção da bacia terrestre do Espírito Santo. O projeto vai ocupar uma área de 18,5 mil metros quadrados, em terras da reserva indígena

Caieiras Velha, no município de Aracruz. O decreto estabelece que a Petrobrás indenizará os silvicultores pelos prejuízos causados na reserva, com a instalação do duto que irá transportar gás natural. (Gazeta Mercantil - 17/09/88)

Garimpo provoca morte de 20 índios

Pelo menos 20 índios Yanomami que vivem na área do rio Mucajai (AM) morreram nos últimos meses contaminadas pelo mercúrio e pelas doenças levadas por garimpeiros, segundo denúncia encaminhada à Procuradoria Geral da República pelos próprios indígenas. O índio Paulo Yanomami denunciou também ao procurador Paulo Fontelles o assassinato de muitos Yanomami na área que será agora dividida em 19 reservas descontínuas. A utilização de mercúrio não apenas na área dos Yanomami que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela, mas também nas terras dos Ticuna e Tucano, será investigada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça que visitará a região até o final do mês. No relatório encaminhado a Fontelles - que responde na procuradoria pela Secretaria de Coordenação dos Direitos Individuais e Interesses Difusos -, Paulo Yanomami afirma que os índios estão bebendo água suja e envenenada pelo mercúrio. Os peixes já estão morrendo intoxicados e não há uma avaliação

sobre os reflexos do mercúrio na saúde dos Yanomami.

Mais invasões

Paulo Yanomami também acusa os milhares de garimpeiros que invadiram a área de estarem explorando ouro ao longo dos rios Paapiu, Parimiu, Aracaca e Arariquera. Segundo a denúncia, os garimpeiros oferecem cachaça aos índios e já estão chegando perto da serra de Surucucu, onde se concentra o maior número de aldeamentos.

Paulo Yanomami acusa a Funai de estar apoiando os garimpeiros contra os índios e diz que a Polícia Militar, quando chega na área é para "dar apoio aos garimpeiros e acabar com os índios". Ele também critica os militares responsáveis pelo programa Calha Norte, do Conselho de Segurança Nacional, que atinge a área indígena. (O Estado de São Paulo - 20/09/88)

Políticos são contra divisão dos Yanomami

Um manifesto assinado por 37 parlamentares, entre eles os líderes do PSDB, PT, PDT, PCB, PC do B, e PMN, foi entregue dia 19 ao presidente da República, José Sarney, solicitando a revisão da portaria interministerial, publicada no dia 14 último pelo Diário Oficial da União, que dividiu o território dos Yanomami em 19 áreas descontínuas. No ma-

nifesto, os constituintes afirmam que a campanha publicitária oficial sobre a demarcação das terras Yanomami "não esclarece os fatos e representa uma cortina de fumaça que encobre os reais objetivos do governo federal na execução do mais grave projeto de ocupação da Amazônia na atualidade - o projeto Calha Norte. (A Gazeta Mercantil - 20/09/88)

Nova Constituição tem texto definitivo

Depois de 20 meses de trabalho, 912 votações em plenário e mais de 65 mil emendas apreciadas, a Constituinte aprovou dia 21 o texto definitivo da nova Constituição, por 474 votos a favor, 15 contra e seis abstenções. “Chegamos, nós chegamos. Graças a Deus, à sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos”, comemorou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sob as palmas do plenário, às 14h39, ao anunciar o resultado.

A nova Carta entrará em vigor logo após sua promulgação, no dia 5 de outubro. São 245 artigos no corpo permanente e 70 nas Disposições Transitórias, que só poderão ser alterados através de emenda constitucional com o apoio dos deputados e senadores, ou em 1993, pelo voto da maioria absoluta (metade mais um) dos membros do Congresso Nacional.

A sessão, que começou às 9h30, foi tranquila. As 11h, com a chegada de Ulysses ao plenário, cada líder partidário teve dez minutos de tribuna, para falar em nome de seu partido sobre o texto da nova Constituição. Todos convocaram seus liderados a votarem a favor, menos Luís Inácio Lula da Silva, do PT, que recomendou o voto “não” por discordar de pontos como a proibição da reforma agrária em terras produtivas. Mesmo assim, o deputado João Paulo (PT-MG) preferiu não seguir a orientação de Lula e votou “sim”.

Contrariando as expectativas, nenhum líder apresentou questão de ordem exigindo votação em separado para os dispositivos que sofreram mudanças na Comissão de Redação. A única votação realizada durante toda a sessão foi a que confirmou o texto da nova Constituição. (JB - 23/09/88)

Autores divergem sobre auto-aplicação da Carta

A nova Constituição já definiu que haverá licença paternidade de cinco dias, até que lei ordinária regulamente a questão, e que a licença-maternidade fica ampliada para 120 dias. Mas alguns constituintes acham que esses e outros benefícios não passarão a vigorar automaticamente com a promulgação da nova Carta.

“Todos os direitos sociais, individuais e coletivos entram em vigor imediatamente após

a promulgação da carta, pois um de seus dispositivos garante isto”, diz o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA). Já o deputado Jofram Frejart (PFL-DF), ex-secretário-geral do Ministério da Previdência na gestão Jarbas Passarinho, tem opinião diferente. “A Constituição dá, mas quem é que vai pagar?”, indaga. E lembra que a nova Carta também garante que nenhum benefício pode ser criado ou majorado sem que haja fonte de custeio correspondente. (JB - 21/09/88)

PT fica sozinho ao dizer “não” à Carta

O líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), anunciou em discurso que o partido votaria contra a aprovação da Constituição por causa da reforma agrária, da manutenção da tutela dos militares e dos privilégios das classes dominantes. Apesar de na reunião do Diretório Nacional que decidiu pelo voto “não” à Carta, Lula ter lutado pelo “sim”, seu discurso foi emocionado. Nem parecia que estava defendendo uma posição que não era a sua.

Contrariando a orientação do Diretório Nacional, o deputado João Paulo (MG), recusou-se a votar “Não”. “O PT teve participação ativa na elaboração da nova Carta. Muitos capítulos, principalmente os relativos aos direitos sociais, são quase integralmente de autoria do PT, justificou-se João Paulo.

Ele disse que comunicou à liderança do PT que iria votar a favor da aprovação do texto. “Foi a única coisa que fiz. Não esperei a resposta. (JB - 23/09/88)

Só três parlamentares foram a todas as votações da Carta

O presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, o 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), e um dos impulsores da criação do Estado de Tocantins deputado Siqueira Campos (PC-GO), são os três campeões de presença nos trabalhos de elaboração da nova Carta. Os deputados Mário Bouchardet (PMDB-MG), Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Vieira da Silva (PDS-MA), nesta ordem, são os mais fujões.

São 911 votações de temas constitucionais que tiveram seus dados processados pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Os três campeões de assiduidade compareceram a todas. A presença de Ulysses Guimarães entre os três tem uma explicação simples: sem ele, não houve nenhuma votação em plenário. Das 911 votações nas quais participou, Ulysses absteve-se em 908.

Os três maiores feijões têm um recorde negativo impressionante. Bouchardet compareceu a somente 17 votações, Cheidde a 54 e Vieira da Silva a 84. O quarto maior fujão, o deputado João Cunha (PDT-SP), candidato a prefeito de Ribeirão Preto (SP), esteve presente em 209 votações. O décimo colocado entre os fujões também é candidato a prefeito, no Rio. É o deputado Roberto Jefferson (PTB), que

votou vezes 283, ou seja, esteve presente a 31% das votações ocorridas. Outro candidato a prefeito do Rio, o deputado Álvaro Valle, não entrou no ranking dos dez mais fujões, mas passou perto: compareceu a 304 votações, 33,3% do total, ficando em 12º lugar.

Esquerda mais presente

Apesar de uma presença marcante em diversos momentos do Congresso constituinte, o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ) aparece em 7º lugar na lista dos ausentes; votou 244 vezes. Sua idade, 82 anos, pode servir de justificativa. Mas outro senador, também do Rio, Nelson Carneiro (PMDB), ficou em 20º lugar na relação dos mais presentes, e tem 78 anos. São os mais velhos nos dois rankings.

Dos líderes partidários na Constituinte, o de maior participação foi o campeão Siqueira Campos. O de presença mais escassa, entre os partidos com mais de um parlamentar, foi José Lourenço, do PFL, presente em 449 votações.

No ranking das bancadas que participaram de 90% ou mais das votações, as dos partidos de esquerda ficaram disparado na frente. A dos dois PCs participaram completas. Dos 16 parlamentares do PT, nada menos que 14 estiveram presentes a 90% dos escrutínios. (Folha de S. Paulo - 21/09/88)

Constituinte reduz salário de militar em 48%

Os militares podem se preparar para receber no mês de outubro um contracheque mais magro. O Centro de Processamento de Dados do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) já se programou para, atendendo dispositivos da nova Constituição, promover descontos no Imposto de Renda sobre todo o vencimento e não somente sobre parte dele, como acontece hoje. A perda, segundo cálculos do próprio Emfa, chegará a 48% do valor do salário base, no caso de um oficial general quatro estrelas, mais alto posto das Forças Armadas, e, no mínimo de 18%, para um segundo tenente.

Um coronel que teve uma remuneração

bruta em setembro de CZ\$ 540 mil e descontou CZ\$ 16 mil de Imposto de Renda passará a descontar CZ\$ 80 mil por mês, ou seja, cinco vezes a mais do que hoje.

De acordo com a nova Constituição, o benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. Com isso, as viúvas e pensionistas dos militares terão sua remuneração quase triplicada. A viúva de um general-de-exército, por exemplo, que hoje recebe CZ\$ 250 mil por mês, passará a ganhar CZ\$ 725 mil - que é o valor de sua remuneração bruta acrescida da URP do mês de outubro. (JB - 21/09/88)

Acontecendo

Espertalhão

O deputado Gastone Righi foi ovacionado dia 22 no plenário com uma salva de vaias.

Com a mais completa cara-de-pau, o deputado desafiou todas as conquistas sociais dos trabalhadores como se elas tivessem sido obra do seu PTB.

Deixou a tribuna com um apelido "Gato". (Informe JB - 23/09/88)

Segredo de polichinelo

Apesar de renovado e eloquente desmentido de Mailson da Nóbrega, são cada vez confidenciais, em Brasília, os planos do governo de adotar medidas de combate à inflação, alheias à culinária do "feijão com arroz".

A nova receita está amadurecendo para ser aplicada em janeiro. (Painel FSP - 26/09/88)

Flagrante

Num dos sanitários do Instituto Presbiteriano, dia 23 em Brasília, durante o seminário dos dirigentes do PSDB, José Richa (PR) ouvia, constrangido, duras observações de Nelson Friedrich (SC) sobre o ex-ministro Bresser Pereira.

Eis que, repentinamente, abre-se a porta de um dos reservados. Era Bresser em pessoa que passou a participar da conversa. (Painel FSP - 26/09/88)

Portas abertas

A exposição e leilão de gado bovino, aberta dia 24 na Granja do Torto pela Associação dos Criadores do Planalto, poderá ser atropelada por uma greve dos servidores da Fundação Zoo-Botânica do Distrito Federal.

Eles reivindicam, além de melhores salários, que aquelas instalações não sejam mais cedidas, gratuitamente, à UDR e entidades associadas. (Painel FSP - 26/09/88)

Maquilando a prata

Dentro da bancada federal do PTB na Câmara,

os paulistas Gastone Righi e Solon Borges dos Reis não se conformam por estarem entre os constituintes que receberão uma medalha de prata.

E já decidiram entregar suas medalhas a um joalheiro que dará a elas um banho de ouro. (Painel FSP - 26/09/88)

... Que te quero verde

Luis Inácio Lula da Silva está preparando uma plataforma ambientalista para sua campanha presidencial pelo PT.

E Paulo Maluf também decidiu incluir pitadinhas de ecologismo em sua plataforma à Prefeitura de São Paulo. (Painel FSP - 26/09/88)

Fim de festa

São perfeitamente triviais as razões que levaram o governo a interromper por 48 horas o festival de concessões de emissoras de rádio e TV.

Sábado e domingo não há expediente no Ministério das Comunicações, e também não circula o "Diário Oficial". (Painel FSP - 26/09/88)

Agenda bloqueada

O articulador da Frente Verde no Congresso constituinte, Fábio Feldmann (PSDB-SP) desistiu de discutir com o governador Miguel Arraes (PE) a transferência de Fernando de Noronha para a administração pernambucana.

Assessores de Arraes, contatados no Palácio das Princesas, não encontraram um buraco de agenda para encaixá-lo. (Painel FSP - 26/09/88)

No Fundo

"O FMI só entra aqui se eu não estiver mais sentado nessa cadeira".

A enfática afirmação tem como autor o presidente Sarney, ao receber no Palácio do Planalto, há pouco mais de um ano, o deputado Fernando Gasparian.

Conclusão de Gasparian: "Sarney mandou trocar a cadeira de seu gabinete". (Painel FSP - 26/09/88)

Placar do arbítrio

Figueiredo foi o presidente pós-64 que mais apelou para os finados decretos-leis, com 593. No placar seguem-se Costa e Silva (486), Geisel (356), Castello Branco (318), Médici (264) e a junta militar que assumiu o poder com a doença de Costa e Silva (264).

Sarney só teve tempo de enviar ao Congresso exatos 200. (Painel FSP - 26/09/88)

Ano fatídico

Na avaliação de políticos, em 88 Quêrcia levou o maior tombo político de sua vida.

Perdeu a disputa interna no PMDB para Ulysses e, apesar de ter apoiado os cinco anos, Sarney não liberou dinheiro para São Paulo.

Seu governo foi corroído por escândalos e ele ainda pode perder a disputa pela Prefeitura paulistana. (Painel FSP - 21/09/88)

Quatro rodas

Quinze jipes adquiridos pela Secretaria do Meio Ambiente para a fiscalização de sanfuários ecológicos estão sendo utilizados, em Brasília, por funcionários daquele órgão.

Eles dizem que estão "aquecendo os motores". (Painel FSP - 21/09/88)

Acredite se quiser

Dados do Ministério do Trabalho garantem que, apesar das sucessivas URPs abaixo da inflação, não houve nenhuma queda substancial do poder aquisitivo do trabalhador. (Painel FSP - 21/09/88)

No Chile

O deputado César Maia (PDT-RJ) quer que a mesa da Câmara dos Deputados organize uma "comissão de observação" para acompanhar o plebiscito de outubro no Chile.

Além de "observar", a comissão iria "prestar solidariedade aos democratas chilenos". (Painel FSP - 21/09/88)

Os culpados

O porta-voz de Sarney, Carlos Henrique, descobriu finalmente os responsáveis pela inflação.

São os meios de comunicação, que são, segundo ele, "agentes e vítimas" de rumores plantados por fontes anônimas. (Painel FSP - 21/09/88)

Nova Erundina

Os publicitários que estão cuidando da campanha para a Prefeitura paulistana de Luiza Erundina (PT) no rádio e TV querem sepultar a imagem "xiira" da candidata.

Para isso, vão esquecer o nome "Erundina" e tratar a candidata apenas por "Luiza".

Os cartazes e adesivos de Erundina terão o mesmo tratamento. (Painel FSP - 21/98/88)

Mão de Newton

Se depender do governador Newton Cardoso (MG), o ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel toma posse ano que vem na Câmara dos Deputados.

Newton apóia o candidato do PDS à Prefeitura de Juiz de Fora, deputado Mello Reis, à frente nas pesquisas.

18Abi-Ackel é o primeiro suplente do PDS mineiro. (Painel FSP - 21/09/88)

Renovação

Os principais "tucanos" do PSDB pousam em Belo Horizonte (MG), para ajudar na campanha de Pimenta da Veiga à Prefeitura local. (Painel FSP - 21/09/88)

Boa troca

O ministro Leopoldo Bessone revelou qual foi sua primeira reação quando foi indicado para o cargo.

"Eu preferia que o Sarney me desse uma fazenda de gado ao Ministério da Reforma Agrária." (Painel FSP - 21/09/88)

Pinochet garante que vence plebiscito

O general Augusto Pinochet, no poder desde 1973, divulgou dia 23 o programa de governo que pretende aplicar caso obtenha um mandato de oito anos no plebiscito de 5 de outubro e manifestou "confiança absoluta" na vitória nas urnas. "Um general jamais tem dúvida e um presidente menos ainda", disse Pinochet, ao divulgar o programa de governo.

Denominado "Nosso compromisso com o Chile, um País vitorioso", o programa inclui promessas econômicas como a construção de 70 mil casas populares anuais e a duplicação

das exportações até 1997, além do compromisso de governar democraticamente.

A divulgação do programa coincidiu com o início de uma marcha organizada pela oposição pelas províncias do norte e do sul do país, que culminará com uma manifestação em Santiago no dia 1º de outubro. Segundo as pesquisas, a oposição conta com maioria nas grandes cidades, mas no interior o governo leva vantagem. Até agora, o resultado é considerado imprevisível. (O Estado de São Paulo - 24/09/88)

Oposição chilena marcha pelo "não"

A Oposição chilena iniciou dia 22 a etapa final sua campanha eleitoral com uma marcha que, começando em duas cidades do interior, uma no Norte e outra no Sul do país, chegará a Santiago quatro dias antes do plebiscito presidencial a se realizar no próximo dia 5 de outubro. Com essa manifestação, chamada "Marcha da Alegria", os dirigentes oposicionistas pretendem percorrer 54 cidades e envolver cerca de 2 milhões de pessoas e, assim, ampliar o apoio ao voto "não" no interior do país, onde o General Augusto Pinochet mantém seus redutos eleitorais.

Os oposicionistas acreditam nas pesquisas de opinião segundo as quais a votação em

Santiago será favorável ao "não", mas acham que os resultados na capital não bastarão para garantir uma rejeição ao regime militar. Por isso, os esforços estão sendo concentrados nas regiões interioranas. As duas primeiras colunas partiram dia 22 da Arica, no Norte, e de Puerto Montt, no Sul.

Em Puerto Montt, o Presidente do "Comando do Não", Patricio Aylwin, fez um discurso de despedida à coluna, encabeçada por 150 jovens que partiram em direção a Osorno, de onde seguirão para Arica. Nos próximos dias, outras colunas partirão de cidades mais próximas de Santiago. (O Globo - 23/09/88)

Peru suspende o congelamento de preços

O ministro da Economia do Peru Abel Salinas, anunciou na noite do dia 21 a suspensão do congelamento de preços. Apesar do descongelamento o ministro disse que os preços dos produtos que compõem a cesta básica permanecerão inalterados. Os preços dos combustíveis, dos impostos do governo e os salários também deverão permanecer inalterados. O congelamento tinha sido decretado no último dia 6, como parte do pacote antiinflacionário para combater o desabastecimento e a inflação que deverá ultrapassar os 1000% este ano. O congelamento deveria ser mantido até o final do ano.

O ministro, em seu discurso transmitido em cadeia de rádio e televisão, declarou que o congelamento estava deteriorando a qualidade de vida da população e prejudicando a di-

nâmica do mercado. Salinas em seu pronunciamento disse que espera contar com a compreensão dos empresários para que não elevem os preços além do necessário para compensar os incrementos nos custos de produção.

Na manhã do dia 22 cerca de 6 mil habitantes das regiões periféricas de Lima, capital do país, fizeram uma passeata até o palácio do governo, protestando contra a alta generalizada dos preços. Segundo informações da imprensa, mais de 100 pessoas foram presas e 18 ficaram feridas no choque com a polícia.

Uma bomba explodiu na noite do anúncio do descongelamento, em frente ao Ministério da Economia em Lima. Cerca de 17 pessoas ficaram feridas. A polícia atribuiu a explosão a um grupo guerrilheiro de esquerda Tupac Amaru. (FSP - 23/09/88)

Viúva de Allende volta ao Chile com esperança no futuro

Após 15 anos de exílio, voltou dia 24 ao Chile, recebendo calorosas boas-vindas de uma multidão, em Santiago, a viúva do Presidente Salvador Allende, Hortênsia Bussi, que declarou não ter rancor nem sentimentos de vingança.

- Minha mensagem não é do ódio e sim a da alegria. Não é o passado mas sim o futuro que construiremos todos juntos - disse Sra. Allende, de 74 anos, pouco depois de desembarcar, por volta de meio-dia, de um vôo procedente de Buenos Aires, para onde viajara na véspera. Desde a morte do marido, em 11 de setembro de 1973, ela estava exilado no México.

- Não trago rancor nem espírito de vingança. Desejo um Chile onde haja justiça e democracia. Um Chile onde os Direitos Humanos sejam plenamente respeitados. Minha mensagem não é do medo e sim da esperança, não é ódio mas sim alegria - disse a Sra. Allende, que voltou ao seu país com a filha mais velha, Carmen. A outra, Isabel, chegara a Santiago em 1º de setembro, quando o Presidente Augusto Pinochet levantou o exílio de 504 chilenos. A terceira filha do casal Allende, Beatriz que se suicidou em Havana pouco depois da morte do pai, foi lembrada pela Sra. Allende na declaração lida na chegada:

- Minha filha Beatriz, como tantos chile-

nos que amavam a sua pátria, nunca tornou a vê-la.

A viúva do Presidente Allende também recordou o marido que, segundo a versão oficial, se suicidou no dia do golpe de 11 de setembro disparando com uma metralhadora na cabeça, dizendo que suas últimas palavras foram um apelo à unidade.

No dia do golpe militar que levou o General Augusto Pinochet ao poder, Hortênsia Allende fugiu do Palácio de la Moneda, bombardeado pela Força Aérea, e se refugiou na casa do ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento Felipe Herrera. Em seguida, foi para a Embaixada do México, viajando depois com as filhas para a Cidade do México em avião especialmente enviado pelo então Presidente do México, Luis Echeverria. O último ato a que compareceu antes de deixar o Chile foi assitir ao enterro do marido em um cemitério de Vinna del Mar.

Dia 24, o Governo militar denunciou a existência de um plano comunista para ignorar uma eventual vitória de Pinochet no plebiscito do dia 4 de outubro, realizando atos de destabilização que poderão levar a um confronto violento. Também acusou a Oposição moderada de contribuir para este clima com seu sistema alternativo de computação de votos. (O Globo - 25/09/88)

Artistas e intelectuais reforçam a campanha do não a Pinochet

Uma declaração em favor do "não" no plebiscito do próximo dia 5 feita pelo pianista Cláudio Arrau, radicado nos Estados Unidos, apresentada na televisão, provocou controvérsia entre parentes do artista e políticos da Oposição.

- Creio na democracia. Sem democracia, liberdade e respeito aos Direitos Humanos, a humanidade não teria sobrevivido. Cordiais saudações ao povo chileno - disse o pianista, de 85 anos, na mensagem levada ao ar pela TV.

Agustín Arrau, um sobrinho do artista, disse que ele foi enganado e que "jamais deu seu apoio ao não", porque não dispõe de informações sobre o processo político chileno,

já que está há muito tempo no exterior.

- Não vejo como se pode desmentir uma declaração onde aparece o rosto, a palavra e a voz do Maestro Arrau, que disse o que qualquer artista, qualquer homem decente do Mundo entenderia, que só a democracia pode evitar que um país caia na barbárie - declarou o Secretário Executivo do Comando do Não, Genaro Arriagada.

A sociedade dos Escritores do Chile, durante um ato em homenagem ao Pablo Neruda, por motivo do décimo-quinto aniversário de sua morte, divulgou uma declaração a favor do "não" no plebiscito do dia 5 de outubro. (O Globo - 25/09/88)

Pacto social**CUT quer aumento mensal de salários**

A CUT deve divulgar uma nota explicando que não acredita em pacto social porque não é possível firmar "um compromisso entre desiguais, já que certamente, o mais forte não irá cumprir a sua parte".

Gilmar Carneiro secretário-geral nacional da entidade, afirma que a CUT aceita negociar um Contrato Coletivo de Trabalho.

A pauta básica que a CUT apresenta para o contrato coletivo são as 40 horas semanais, o reajuste mensal de salários, a estabilidade no emprego, um salário mínimo real, a livre organização sindical e o direito de greve - esses dois últimos itens

já garantidos na nova Constituição.

Também pela sua proposta, a Justiça do Trabalho não teria mais a função de arbitrar acordos entre as partes em conflito obrigando-as a um entendimento.

"A natureza de qualquer pacto social é articular interesses distintos, como o patronal, o governamental e o dos trabalhadores. Mas, alguém sempre fica com o controle da situação. É irreal acreditar que todos sairão ganhando", afirma Jorge Coelho, diretor da CUT estadual de São Paulo. (Gazeta Mercantil - 17/09/88)

Fórmulas para manter o salário real

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) concordou com a proposta elaborada pela comissão técnica, constituída para alcançar pontos convergentes a trabalhadores e empresários. Essa proposta, explicou o economista Marcel Domingos Solimeo, da Associação Comercial e presidente do Instituto de Pesquisa Gastão Vidigal, contempla a manutenção do salário médio real.

A fórmula seria a seguinte: em três meses, por exemplo (o período de referência ainda será negociado, podendo ser de três, seis meses ou até um

ano), um trabalhador que no primeiro mês estivesse ganhando 100, no segundo passaria a receber 120 e no terceiro 144, com reposições automáticas por qualquer instrumento, como a própria URP. Se a inflação do período for maior que os reajustes concedidos, obviamente o salário real médio cairá. Para compensar parte dessa perda, o estudo prevê a recomposição salarial por meio de uma média real, garantindo não o índice 100, mas sim 90. O resto da perda fica para renegociação na data-base. O mesmo mecanismo, continua Solimeo, seria usado para os preços privados e públicos. (JB - 19/09/88)

Conflito também entre líderes operários

As entidades sindicais representativas dos trabalhadores também têm posições conflitantes quanto ao pacto social. Três opiniões podem ser identificadas. A União Sindical Independente (USI) afirma que não assina o documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) porque ele não garante a reposição das perdas salariais e também não identifica claramente o mecanismo que será utilizado para substituir a URP na correção dos salários de acordo com Wilson Tórtoro, vice-presidente da Federação dos Comerciantes de São Paulo.

Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo recebeu, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o documento formulado pelo Fórum Informal dos Empresários. Para ele, o fato de não estar garantida a recuperação do poder de compra dos assalariados "é muito pouco" para inviabilizar o pacto. "Eu quero muito mais", afirma ele, "quero mais emprego e crescimento econômico", deixando subentendido que pode negociar a reposição das perdas em troca de outras garantias.

CUT e USI

A falta de credibilidade no governo e nos empresários faz a Central Única dos Trabalhadores (CUT) descartar o apoio ao pacto. "Toda a história deste País é uma história de engodo sobre os trabalhadores. Não podemos acreditar, de repente, que isso vai mudar", afirma Vicente Paulo e Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Medeiros não se preocupa com o fato de talvez assinar sozinho o documento do pacto social. "Tenho certeza de que depois todos virão correndo para escrever seu nome", comenta ele.

Para Antônio Magaldi, também da USI, "sem a participação do governo não haverá pacto. O governo é o responsável pela inflação; então, qualquer acordo para reduzi-la só pode ocorrer com a sua contribuição". (Gazeta Mercantil - 20/09/88)

Pacto social**Sindicalistas querem Confederação no pacto**

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) não participará da assinatura do documento que lança a proposta do pacto social e firma posição pelo combate à inflação. Para tentar compensar sua ausência, os dois principais articuladores pelo lado trabalhista do atendimento social, Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, e Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo procuram reunir o peso das confederações de trabalhadores que, na avaliação de Medeiros representam cerca de 20 milhões de empregados.

Embora algumas das constantes reivindi-

cações da CUT estejam representadas no documento - como a recomposição gradual de perdas salariais, o reajuste do valor real dos salários e a identificação das fontes alimentadoras da inflação -, a Central exige que o contrato coletivo de trabalho seja a única base para o acordo. Mesmo envolvido nas intensas negociações com os banqueiros e na turbulência das assembleias, o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos, com assento na direção nacional da CUT, teve fôlego para dizer que esse acordo, ora em elaboração, é da responsabilidade de quem o assina e que a "CUT não teme ficar fora dele".

Sem CUT acordo enfraquece, diz Amato

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, apelou dia 22 à Central Única dos Trabalhadores (CUT) para que participe das discussões em torno do pacto social entre empregados e empregadores. "A CUT é uma força política e sindical muito expressiva e sem ela não se conseguirá resultados efetivos", disse Amato. "Um pacto sem a CUT seria um pacto com arranhões", completou.

Mário Amato classificou de "representativa" a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, nas negociações até agora realizadas, mas fez fartos elogios aos mais importantes líderes da CUT, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Meneguelli a quem dirigiu um pedido: "Aproveito para pedir aos senhores escreverem em seus jornais, que Lula e Meneguelli certamente lerão, para que eles atendam a meus telefonemas. Eu os tenho procurado para conversar para atrair a CUT para as discussões, mas eles nem querem me ouvir", disse Amato.

Lembrado das condições impostas pela CUT para participar das discussões em torno

do pacto social, o presidente da FIESP respondeu que não há pontos inegociáveis. Mas especificamente sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas, disse ser "muito complicado" atender ao desejo dos sindicalistas.

"Posso dar o exemplo da minha empresa", disse Amato, que é diretor-presidente do grupo Springer Carrier do Nordeste S.A.

"Há cinco ou seis anos abrimos o capital da empresa para que os empregados pudessem subscrever ações. Em torno de 25% das ações do grupo ficaram em mãos dos funcionários mas à medida que elas foram valorizando, elas as venderam. Hoje menos de 5% das ações do grupo encontram-se ainda nas mãos de funcionários.

Para Mário Amato, este exemplo ilustra a sua posição, de que a participação dos empregados nos lucros das empresas é uma questão complicada. Como alternativa, defende prêmios por participação ou produção que a empresa pode conceder aos seus empregados à medida que determinadas metas são atingidas. (Gazeta Mercantil - 23/09/88)

A precipitação de Medeiros

A investida do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, junto ao Palácio do Planalto, para que o governo participe imediatamente das negociações do pacto social, não foi bem recebida nem por empresários nem pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Todos acham que ele se precipitou e

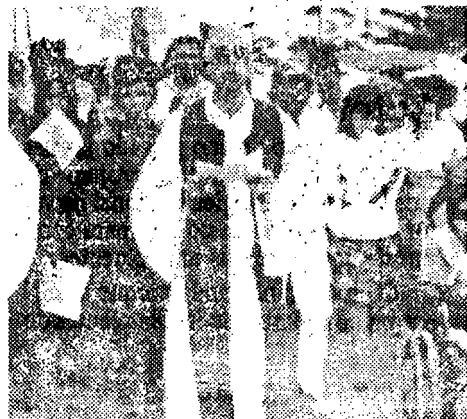
não respeitou acerto anterior, de que o governo só atue quando o documento final de intenções estiver concluído.

"Medeiros acusou os empresários de vedetismo, mas ele é que indica estar querendo aparecer", comentou José Calisto Ramos, presidente da CNTI. (Gazeta Mercantil - 23/09/88)

Vaticano proíbe Casaldáliga de viajar, falar e escrever

A Congregação vaticana para os Bispos acaba de submeter o bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, 60, um dos principais representantes da corrente "progressista" na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a uma série de restrições que incluem o "silêncio obsequioso" por um período indeterminado, além de limitações em suas viagens e em sua liberdade de falar e escrever. A decisão foi tomada pelo prefeito da Congregação para os Bispos, cardeal africano d. Bernardin Gatin. Há três anos, o franciscano Leonardo Boff foi o primeiro teólogo submetido ao "silêncio" na Igreja Católica do Brasil por causa de seu livro "Igreja, Carisma e Poder". (FSP - 12/09/88)

Goiás Velho (GO) — Moreira Mariz



Casaldáliga

Trechos do diálogo com Ratzinger

Após voltar do Vaticano, em junho, quando cumpriu a visita *ad limina* ao Papa e encontrou-se com autoridades da Santa Sé, o Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, enviou a amigos uma carta de seis páginas com o resumo de seus encontros com os Cardeais.

A seguir, um trecho da versão de Casaldáliga do diálogo com o Cardeal Joseph Ratzinger, Presidente da Sagrada Congregação para a doutrina da Fé.

RATZINGER - O senhor aceita os documentos da Santa Sé sobre a Teologia da Libertação?

CASALDÁLIGA - Aceito, junto com a carta que o Papa enviou aos Bispos do Brasil, na qual afirma que a Teologia da Libertação "não somente é oportuna, mas também útil e necessária".

RATZINGER - O senhor escreveu que a opção pelos pobres deve ser entendida "classistamente"...

CASALDÁLIGA - Queremos evitar que se pense nos pobres como espontaneamente pobres, fora de uma estrutura que os explora e marginaliza. O próprio Papa disse, precisamente na América Latina, que "os ricos são cada vez mais ricos a custa dos

pobres cada vez mais pobres".

RATZINGER - Os senhores falam de pecado social. E o pecado pessoal?

CASALDÁLIGA - Recordo sempre simultaneamente as duas vertentes do pecado. O Novo Testamento denuncia "o pecado do Mundo". São as pessoas que pecam, evidentemente, mas dentro de estruturas que elas fazem pecaminosas e que, de certo modo, fazem pecaminosas estas pessoas.

RATZINGER - Os senhores celebram a Eucaristia como um rito social...

CASALDÁLIGA - Tradicionalmente, a Igreja nos faz repetir no ofertório: "fruto da terra e do trabalho do homem". Algo há de social nessa "terra" e nesse "trabalho".

RATZINGER - Os senhores facilmente chamam de mártires a Monsenhor Romero, a Camilo Torres... É bom recordar certas pessoas que se dedicaram ao povo, mas chamá-las de mártires...! **CASALDÁLIGA** - Nós sabemos distinguir os mártires "canônicos", oficialmente reconhecidos pela Igreja, desses muitos outros mártires que chamamos "mártires do Reino", que deram sua vida pela justiça e pelo evangelho. Escrevi um poema a "São Romero da América e assim o considero: santo, mártir, nosso. (O Globo - 25/09/88)

D. Pedro

Casaldáliga diz que poderá processar Vaticano

O bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, 60, disse dia 25 que os desmentidos feitos pelo Vaticano sobre as punições que recebeu "são muitogeréricos". Casaldáliga afirmou que, "se fosse preciso partir para um tipo mais normal de Justiça, as declarações do porta-voz do Vaticano mereciam até um processo".

Casaldáliga disse que já se sente "caluniado e punido" pelas declarações do vice-chefe da assessoria de imprensa do Vaticano, monsenhor Giovanni D Ercole, de que ele "deve ser fiel as orientações do magistério e não interferir nas questões internas de outras Igrejas". Para o bispo de São Félix "é bom lembrar que é preciso antes de tudo ser fiel ao evangelho e a própria consciência". Destacou que "é preciso esperar o julgamento de Deus e defender a liberdade e o pluralismo na Igreja".

D. Pedro recusou-se há duas semanas a assinar uma "intimação" das Congregações vaticanas para a Doutrina da Fé e para os Bispos, que recebeu através do Núncio Apostólico (embaixador do papa), em Brasília, d. Carlo Furno. No documento - em papel timbrado da nunciatura, mas sem a assinatura dos cardeais José Ratzinger e Bernardin Gantin e também sem data - d. Pedro é "solicitado" a "não fazer celebrações políticas", "não visitar Igrejas de outros países sem a licença dos bispos locais" e outras restrições.

Resistir é um serviço evangélico

O bispo disse também, no dia 25, que "impor o silêncio a alguém é uma tortura, uma castração e um escândalo, principalmente na Igreja". "Como a Igreja, impondo o silêncio, pode exigir a liberdade de expressão e dialogar com as culturas?"

O documento (do qual d. Pedro possui duas cópias, acompanhadas por cartas do Núncio) contém ainda uma série de "considerandos" sobre a Teologia da Libertação, folhetos litúrgicos sobre a missa e o batismo, críticas do bispo à cúria Romana e sobre suas viagens à América Central, principalmente à Nicarágua. Depois de cada "considerando", há uma frase em letras maiúsculas com "os compromissos" que limitam a sua liberdade de expressão, de circulação e de trabalho.



D. Pedro Casaldáliga

D. Pedro afirmou, depois, que "há setores do Vaticano que estão cercando os espaços e a caminhada Igreja, comprometida com os pobres, sobretudo na América Latina". Destacou ser "evidente" que esses setores querem atingir o seu "apoio explícito aos teólogos da libertação" e a sua "recusa ao secretismo e às diplomacias, que não são muito evangélicas".

Em sua opinião, as coerções internas na Igreja "são incompatíveis com o evangelho. Para Casaldáliga, "resistir ao silêncio na Igreja é um serviço evangélico".

Quanto as suas viagens à América Central, sobretudo à Nicarágua, disse que "de acordo com a doutrina da Igreja, cada bispo deve ter o cuidado pastoral com as comunidades cristãs em todo o mundo", e que suas viagens são feitas "a serviço da justiça e da paz". (Folha de São Paulo - 26 09 88)

Bispos solidários fazem carta aberta

Uma carta aberta de solidariedade ao bispo de São Félix do Araguaia, d. Pedro Casaldáliga, será divulgada ainda esta semana por aproximadamente 40 bispos brasileiros e já está recebendo assinaturas em várias dioceses de todo o país. Na carta, os bispos destacam a sua "estranheza" diante da forma como foi "vazada" a informação sobre as punições da Cúria Romana à Casaldáliga e revelam sua "admiração" pelo trabalho desenvolvido por Casaldáliga junto aos trabalhadores rurais e aos indíge-

nas na Amazônia legal brasileira.

A assessoria jurídica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fará um exame rigoroso da "intimação" recebida por d. Pedro, para o posterior encaminhamento de um pedido de esclarecimento às congregações para a Doutrina da Fé e para os Bispos sobre esse documento e sua divulgação, através da imprensa, antes mesmo que houvesse qualquer resposta do bispo. (Folha de S. Paulo - 26/09/88)

Fiéis são contra punição a Casaldáliga

Uma carta ao papa João Paulo II, pedindo que d. Pedro Casaldáliga não seja silenciado nem punido, será enviada ao Vaticano por cem padres religiosos e leigos que participaram da 14ª Assembléia da Diocese de Goiás Velho, encerrada dia 25 com uma missa no centro da cidade. A carta foi escrita por um grupo de mulheres que participam das Comunidades Eclesiais de Base.

"Papa João de Deus - afirma a carta - nós queremos que o sr. não permita que d. Pedro se cale, pois ele precisa levar à frente este trabalho tão bonito que ele juntamente com outros bispos, padres e irmãs estão fazendo aqui no Brasil!" Os militantes das CEBs afirmam que gostariam de "trazer Roma até aqui" e não somente o papa, para que "todos os seus ministérios sentissem um pouquinho da miséria que vive o nosso povo brasileiro".

Na reunião de encaminhamento da Assembléia Diocesana de Goiás, dia 24, Casaldáliga foi home-

nageado e deu bênção às comunidades. Ele afirmou que a prelazia de São Félix do Araguaia viveu os seus momentos mais graves na Diocese de Goiás e perguntou: "Se somos filhos da palavra de Deus, que nos criou e nos batizou, como vamos ficar em silêncio?"

Na Assembléia foi cantada a primeira música popular sobre o "silêncio" de Casaldáliga. A música diz: "querem calar à d. Pedro, mas ele não pode calar, ele é a voz da verdade, d. Pedro tem que falar; nem expulsando ou prendendo vão calar a voz do povo, a Igreja é a nossa voz e Pedro nos traz o novo; telefonemas choveram, de toda a parte do mundo, querendo esclarecimento do fato num só segundo, d. Pedro com sabedoria, esclarecia o assunto". Dia 25 as comunidades de base da diocese se concentraram na chácara São José, a sete quilômetros do centro de Goiás, para festejar o fim da Assembléia e homenagear Casaldáliga. (Folha de S. Paulo - 26/09/88)

D. Pedro está na mira de Roma

Espanhol de Barcelona e missionário da ordem dos Claretianos, d. Pedro Casaldáliga está sob a mira da Cúria Romana praticamente desde que chegou à Amazônia, há 20 anos, como o primeiro padre a viver permanentemente na região Norte do Mato Grosso. É um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Durante o Movimento de 1964, os governadores militares tentaram expulsá-lo cinco vezes do país. Várias de seus padres e agentes pastorais foram presos. Um deles, padre Francisco Jentel, foi condenado a dez anos de prisão e expulso do país, morrendo na França. O arquivo da prelazia de São Félix (que ocupa uma área de 150 mil km quadrados, na Amazônia Legal brasileira), foi saqueado e o seu boletim diocesano editado de forma apócrifa.

O padre jesuíta, João Bosco Penido Burnier, foi morto ao seu lado por policiais, no Mato

Grosso, quando ambos protestavam contra torturas que estavam sendo praticadas contra mulheres presas. Acusado de "comunista" pelo então arcebispo de Diamantina (MG), d. Geraldo Sigaud, Casaldáliga teve a sua prelazia inspecionada, em 1977, pelo então arcebispo de Teresina (PI) e hoje cardeal de Brasília, d. José Freire Falcão.

Indicado pelo Núncio Apostólico em Brasília para verificar as denúncias "in loco", d. Freire Falcão passou quatro dias em S. Félix, mas não visitou as comunidades de base. Até hoje, d. Pedro não tem o relatório sobre a "visita apostólica" que recebeu. Em junho último, antes de viajar ao Vaticano, recebeu ameaças de morte, em praça pública, por parte de pistoleiros do norte do Mato Grosso. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, a cabeça de d. Pedro já foi colocada a prêmio, várias vezes, por adversários da reforma agrária na região Centro-Oeste. (ESP - 23/09/88)